

Trajetórias de preservação do patrimônio rural paulista: entre ação governamental e práticas sociais

Paulo César Garcez Marins¹

As práticas de preservação do patrimônio edificado em curso na presente década no Brasil e em São Paulo têm sinalizado vários redirecionamentos significativos, tanto no que tange a o que se passou a proteger como suportes de memória, como a quem coube definir os bens a ser protegidos. Exemplares de vertentes estilísticas pouco prestigiadas como o Ecletismo e a Art Déco, ocorrências em espaços pouco afetados por tombamentos anteriores como os estados do Piauí e o interior de Santa Catarina ou ainda inventários realizados em diálogo com a população são experiências de proteção que mostram-se como perspectivas altamente promissoras, embora apenas esbocem seu possível vigor futuro no âmbito das políticas governamentais de cultura.

Tais redirecionamentos são em especial significativos visto que a preservação do patrimônio cultural no Brasil foi historicamente marcada por coerências solidamente exclusivas, sobretudo no que toca à esfera federal. Data já de cerca de 20 anos a expressão provocativa de Sérgio Miceli, que apontava a trajetória do IPHAN marcada por uma postura, de tal escala rígida em suas escolhas e em seus agentes, que se configurava como um “refrigério da cultura oficial”². Com efeito, é algo consolidado na historiografia a compreensão de que o órgão federal orientou-se durante décadas pelos parâmetros conceituais e operacionais estabelecidos durante o Estado Novo, consolidados durante a chamada “fase heróica”, mas claramente detectável ainda nas décadas finais do século passado. Elegeu-se o período colonial como dimensão temporal em que se definira a identidade nacional, sendo escolhidos alguns de seus testemunhos materiais, sobretudo arquitetônicos de escala monumental, de concepção e fatura erudita, como emblemas e evidência história da formação da nação³. Tais bens materiais foram selecionados por conselheiros e servidores, que concentraram o poder de escolha e configuraram parâmetros formais altamente cifrados para a imensa maioria da população, cujo papel era sobretudo acatar tais escolhas, raramente questionado por iniciativas de tombamento divergentes) ao longo do século XX.

Entre as tipologias do patrimônio edificado que permaneceram à margem das políticas federais de cultura encontra-se certamente a arquitetura rural. Os poucos tombamentos ocorridos nesse

¹ Historiador, Doutor em História Social pela FFLCH/USP, docente do Museu Paulista da USP e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

² MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **RPHAN**, Rio de Janeiro, 22, p.44-47, 1987.

³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; IPHAN, 2005.

âmbito pela esfera federal replicaram-se em escala naqueles realizados pelos órgãos estaduais criados a partir da década de 1960 e, novamente, nas experiências de preservação ocorridas na esfera municipal iniciados já nas décadas de 1970 e 1980. Os tombamentos do IPHAN existentes em alguns dos estados mais populosos do país demonstram claramente este perfil excludente: 16 em São Paulo (herdeiro do território vicentino e, portanto, do início da ocupação portuguesa na América), 23 no Rio de Janeiro, sete em Minas Gerais, 10 na Bahia, cinco em Pernambuco, um no Pará, dois no Maranhão, dois em Goiás e nenhum no Rio Grande do Sul.

Desses bens, a imensa maioria refere-se a bens relativos ao período colonial. Tal prioridade não resultou, contudo, numa expressiva quantidade tombamento de bens relativos à produção canavieira colonial remanescentes nos atuais estados do Nordeste (malgrado ter sido sempre o açúcar o item primeiro na pauta de exportação oficial da América Portuguesa ao longo de todo o período colonial, superando mesmo o ouro ou os diamantes), nem em um tombamento sistemático das chamadas casas “bandeiristas” em São Paulo. O quadro obviamente se agrava no que toca à produção cafeeira, com apenas seis bens em São Paulo e dois no Rio de Janeiro, estados que concentraram respectivamente a maior produção durante a República e o Império.

Os espaços urbanos foram largamente privilegiados na preservação do patrimônio edificado implementada pelo IPHAN, tanto quanto foram, o período colonial, a arquitetura de expressão erudita, a escala monumental, as heranças portuguesas, incluindo a memória do Estado. Essa última dimensão, aliás, tanto justificou a escolha de bens nos espaços urbanos – lócus da Coroa por excelência – quanto a própria projeção do Estado Novo, que, recusando o tombamento de fazendas, não ensejou prestígio aos espaços rurais e à memória de suas elites, eclipsadas pelo regime. Soma-se a isso o vínculo estilístico das fazendas dos séculos XIX e XX ao Neoclassicismo e ao Ecletismo, igualmente refutados pelo cânone formal do IPHAN que não os reconhecia como expressão essencialmente nacional.

A pouca atenção dispensada à arquitetura rural pela esfera federal não constitui apenas uma recusa à materialidade – ou à tomada de sedes de fazenda como obras de arte – mas à própria experiência social transcorrida no campo. O reduzido conhecimento que se gerou sobre tais edificações e as perdas do patrimônio edificado em áreas rurais obstruem a compreensão de processos históricos a que estivera ligada, afinal, a maior parte da população brasileira até 1960. No censo nacional realizado nesse ano constatou-se o início da superação demográfica da população urbana brasileira sobre a rural.

Se compreendidas antes como documentos históricos – sobre a vida social e material das populações brasileiras – do que como monumentos, as edificações rurais constituem imenso desafio às políticas de preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso paulista. Nesse estado, há uma periclitante combinação de fatores destrutivos que coloca o patrimônio rural em

grande risco, o que demanda configurá-lo como foco prioritário de órgãos de preservação, de universidades e dos próprios agentes da sociedade civil.

Um desses fatores agressivos de maior impacto é certamente o avanço da fronteira agrícola sucroalcooleira no Oeste Paulista. Suas características produtivas recentes favorecem o arrendamento ou a compra de antigas unidades ligadas à cafeicultura, que recorrentemente têm as edificações ligadas a essa cultura completamente eliminadas para o estabelecimento de plantações sem quaisquer obstruções arquitetônicas. Terreiros, tulhas, sedes, colônias seriadas são vítimas freqüentes dessa forma de gestão do espaço agrícola, sem que sequer se possa dimensionar com segurança o que se está perdendo, dado a inexistência de inventários exaustivos dos espaços rurais paulistas.

A freqüente superação tecnológica no processamento industrial da cana e as sucessivas ampliações da capacidade das usinas acabam, aliás, também por colocar em risco a memória ligada à própria produção sucroalcooleira. A obsolescência de instalações gera substituições de edifícios dos quais também pouco se sabe quanto a características arquitetônicas (formais, espaciais e técnicas), malgrado seu relevo para a economia regional e nacional, bem como para a vida social das populações a eles ligadas⁴.

A fragilidade das técnicas construtivas mostrou-se nas últimas décadas outro fator de imenso impacto na perda de exemplares da arquitetura rural paulista, mormente no Vale do Paraíba. O uso ali recorrente de paredes de taipa de mão mostrou-se fator de colapso físico, devido sobretudo ao abandono que muitas das fazendas enfrentaram ao longo do século XX. O alento da produção leiteira, que permitiu a sobrevivência econômica de diversas das antigas unidades rurais cafeicultoras, também se enfraqueceu devido à decadência do consumo do leite nas grandes cidades, retirando recursos que ainda serviam à conservação de sedes e tulhas.

Na década de 1970, três grandes trabalhos de registro de antigas fazendas de café valeparaibanas foram realizados. O mais sistemático deles foi um inventário sob responsabilidade de técnicos do Condephaat, com apoio do IPHAN, que resultou na documentação métrico-arquitetônica, fotográfica e documental de dezenas de fazendas. Os outros trabalhos, não sistemáticos, foram realizados pelo casal Tom e Thereza Regina Maia, ele desenhista, ela fotógrafa. Os desenhos em bico de pena de Tom Maia registraram elevações de sedes, rodas d'água, tulhas, detalhes arquitetônicos e plantas, parcialmente publicados no livro *Vale do Paraíba, velhas fazendas*, realizado em parceria com Sérgio Buarque de Holanda. As fotografias de Thereza Maia foram realizadas simultaneamente aos desenhos de seu marido, somando cerca de 250 diapositivos doados ao Museu Paulista da USP.

⁴ Quanto às possibilidades de interpretação das expressões arquitetônicas ligadas às usinas, ver: CAMPAGNOL, Gabriela. **Assentamentos agroindustriais - o espaço da habitação em usinas de açúcar**. São Carlos: Rima, 2004.

Estima-se que cerca de 50% dos edifícios rurais documentados nesses três registros tenham deixado de existir devido à falta de conservação, que levou a desabamentos, ou mesmo a acidentes como incêndios. Tomando-se o município de Queluz como exemplo, houve a perda de construções em quatro das cinco fazendas documentadas por Thereza Maia⁵, reduzindo ali a possibilidade do estudo material da sociedade cafeeira basicamente a vestígios arqueológicos. Estudos realizados por Rafael Marquese têm demonstrado a importância fundamental das edificações e do agenciamento espacial das fazendas cafeeiras vale-paraibanas para a compreensão dos mecanismos internacionais do tráfico, para os estudos das características da produção escravista oitocentista, para as redes de escoamento dos grãos e para as estratégias de representação sócio-política das elites do café⁶.

Três grandes novos direcionamentos dados à preservação do patrimônio rural paulista apresentam-se como caminhos promissores para a superação de tais perdas, que cobrem uma responsabilidade sobre documentos históricos relativos a um arco temporal que se estende pelos cinco últimos séculos.

O primeiro deles exige a superação de décadas de imobilismo e conservadorismo no âmbito das políticas públicas de preservação. De inventários que não resultaram em tombamentos (como os relativos ao Vale do Paraíba e à região campineira) a tombamentos que não asseguraram sequer a preservação física dos bens atingidos (como foi o caso da fazenda Conceição, em Paraíba e dos sítios Mirim e Itaim, em São Paulo), são muitos os problemas a ser enfrentados pelos órgãos de preservação no estado.

Iniciativas recentes como a abertura de processos de tombamento para cerca de 30 fazendas em Campinas pela prefeitura local e o tombamento de unidades rurais vinculadas à paisagem cultural do Vale do Ribeira pelo IPHAN mostram-se oportunas ao lançar nos municípios o desafio de serem estabelecidas ações efetivas numa seara, a do patrimônio rural, em que as esferas federal e estadual foram notoriamente tímidas. Também nesse sentido a documentação da história do café dilata-se para outras produções, como o chá e os hortifrutigranjeiros, sempre opacas mesmo na historiografia regional, que privilegiou a primeira em detrimento de todas as demais culturas agrícolas e de criação.

Definir e redefinir parâmetros de valor local, regional e nacional, que superem os cânones formal-estilísticos negativos advindos das negativas do IPHAN, possibilita também a aproximação de dimensões mais complexas da vida social, mediadas pela arquitetura rural. Memórias de técnicas

⁵ Foram perdidas edificações das fazendas Sertão, Várzea, Regato e Rio do Salto, mantendo-se apenas o conjunto arquitetônico da Fazenda Restauração, recentemente restaurado.

⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material**, São Paulo, v.18, n.1, p.83-128, jan.-jun. 2010; Idem. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material**, São Paulo, v.13, n.2, p.165-188, jul.-dez. 2005; Idem. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material**, São Paulo, v.14, n.1, p.11-57, jan.-jun. 2006; Idem. A paisagem da cafeeira na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 44, p. 55-76, 2007.

produtivas e construtivas, os sentidos constituídos pela vida cotidiana, os marcos da luta e resistência contra a escravidão e a exploração do trabalho assalariado são âmbitos que podem se revelar intensos a partir do desencadeamento de ações governamentais de preservação.

Instrumento clássico de produção de conhecimento e atribuição de valor nos órgãos governamentais de preservação, os inventários são tão relevantes quanto raros no que toca o patrimônio rural paulista, ou mesmo brasileiro. As iniciativas havidas na década de 1970 em São Paulo não se prolongaram, nem se replicaram sob outras metodologias e espaços rurais. A existência de tais iniciativas pioneiras permanece desconhecida do público, e restrita mesmo a poucos especialistas. Projetos atuais de grande envergadura, como o *Inventário de Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*, realizado pelo INEPAC na década presente, conta, além de edições impressas, de uma veiculação eletrônica por meio de sítio na web, em que estão disponíveis todas as fichas de inventário, textos introdutórios e de caráter metodológico⁷. Além de instrumento de conhecimento técnico, tal projeto permite ampla apropriação social de um estudo que, aliás, só se realiza necessariamente com a adesão da população local, especialmente dos proprietários.

Metodologias de inventário participativo, como a posta em prática no estudo da paisagem cultural no Vale do Ribeira e no programa Roteiros Nacionais de Imigração, ambos do IPHAN⁸, são igualmente significativas para a superação de outro dos grandes entraves à democratização dos mecanismos políticos de definição do patrimônio cultural. Tal postura mostra-se sobretudo relevante dado o afastamento das práticas de preservação em relação aos espaços rurais, pouco habituados a interferências no direito de propriedade, que são usuais em espaços urbanos desde a década de 1930. Soma-se a isso o desgaste gerado por décadas de uma legislação de proteção que não se expandiu para mecanismos compensatórios ou de fomento à conservação, especialmente na escala federal. Contornar antipatias, criar viabilidades e, sobretudo, construir atribuições de sentido de caráter patrimonial com aqueles que vivem diretamente mediados pela cultura material que se almeja proteger são horizontes que se mostram alcançáveis devido a alterações de posturas que compartilhem decisões e valores.

Um segundo direcionamento na preservação do patrimônio rural paulista deriva de ações geradas pelas universidades, especialmente por seus programas de pós-graduação. À exceção dos textos pioneiros de Luis Saia⁹, servidor do IPHAN em São Paulo, todos os demais trabalhos de relevo que refletiram sobre a arquitetura rural paulista foram gerados em meio acadêmico. Obras pioneiras de Carlos A. C. Lemos, Julio Roberto Katinsky, Antônio Luiz Dias de Andrade, Neide Marcondes Martins e Daici Antunes Freitas lançaram as bases de uma produção acadêmica

⁷ LERNER, Dina; BITTENCOURT, Marcos (coord.). **Patrimônio cultural – guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro, 1965-2005**. Rio de Janeiro: Inepac, 2005. Versão eletrônica disponível em <http://www.institucidadeviva.org.br/inventarios/>, capturada em 15 de setembro de 2010.

⁸ SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito do; TOJI, Simone Sayuri Takahashi. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira**. São Paulo: IPHAN, 2009 (CD); Idem. **Dossiê de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira**. São Paulo: IPHAN, 2008 (CD). VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina (coord.). **Roteiros nacionais de imigração – Santa Catarina**. Florianópolis: IPHAN, [2009] (CD).

⁹ Consolidados em SAIA, Luis. **Morada paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

marcada pela reflexão criteriosa de formas, técnicas e agenciamentos espaciais, ao mesmo tempo em que se propunham os primeiros passos de uma leitura social dos espaços doméstico e de trabalho¹⁰.

A produção acadêmica havida nas décadas de 1990 e 2000 deu prosseguimento, ainda que de maneira não sistemática, às linhas de investigação abertas pelos primeiros estudos. O Oeste Paulista foi largamente priorizado, secundado pelo Vale do Paraíba e Vale do Ribeira. A maior parte desses estudos, realizados em programas de pós-graduação em arquitetura e engenharia, manteve-se na tradição de compreender a arquitetura rural atentando-se a seus aspectos formais, estilísticos, técnicos ou de agenciamento espacial. Poucos foram os trabalhos, como a notável dissertação de mestrado de Vladimir Benincasa¹¹, que transcenderam os limites disciplinares, atentando para formas de apropriação social, dimensões de memória ou para conflitos mediados, e documentados, pela materialidade arquitetônica havida nas fazendas.

A cafeicultura consolidou-se como tema prioritário da produção acadêmica nesse período, oscilando entre trabalhos monográficos a fazendas específicas, quadros locais ou micro-regionais, ou ainda a síntese de escala estadual, como a proposta na tese de doutorado de Vladimir Benincasa, já mencionado anteriormente¹². De certo houve também uma apreciável expansão de documentação e reflexão sobre espaços produtivos não ligados à cafeicultura, como o cultivo de frutas, de chá e de hortaliças¹³. Superaram-se também as balizas temporais que antes priorizavam os séculos coloniais e o Oitocentos, atentando-se para experiências rurais

¹⁰ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. São Paulo: FAU/USP, 1969; KATINKY, Julio Roberto. **Casas bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo, 1973 [publicada]; ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Vale do Paraíba: sistemas construtivos**. Dissertação (Mestrado), FAU/USP, São Paulo, 1984; MARTINS, Neide Antonia Marcondes. **Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século 19: um estudo comparativo**, 2v. Dissertação (Mestrado), ECA/USP, São Paulo, 1977 [publicada]; Idem. **Arquitetura rural e contexto histórico-cultural: Piracicaba, século XIX**. Tese (Doutorado), ECA/USP, São Paulo, 1981; FREITAS, Daici Ceribelli Antunes. **Arquitetura rural no nordeste paulista: influências mineiras, 1800-1874**. Dissertação (Mestrado), Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais / Fundação Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 1986. Ainda no âmbito desses autores, poderia ser inserida a obra referencial de Carlos Lemos, que sintetiza décadas de reflexão sobre a arquitetura rural paulista: LEMOS, Carlos A. C. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

¹¹ BENINCASA, Vladimir. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara 1830-1930**. Dissertação (Mestrado), EESC/USP, São Carlos, 1998 [publicada]. Na mesma vertente, ver também: OLIVEIRA, Joana D'Arc de. **Olhares invisíveis: arquitetura e poder na fazenda São Roberto**. Dissertação (Mestrado), EESC/USP, São Carlos, 2008.

¹² ROCHA, Alexandre Luiz. **Fazenda Santa Gertrudes: modelo de produção cafeeira no oeste paulista, 1895-1930, contribuição de Eduardo Prates à definição de novos parâmetros produtivos**, 2 v. Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo, 2008; AMOROSO, Maria Rita de Paula Silveira. **Arquitetura campestre na obra de Ramos de Azevedo - a arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas**. Dissertação (Mestrado), Puccamp, Campinas, 2009; MICHELIN, Guilherme Antonio. **O reconhecimento de uma paisagem cultural: Fazenda Lageado - Botucatu/SP**. Dissertação (Mestrado), FEC/Unicamp, Campinas, 2010; MARTINS, Neide Marcondes. **A vila rural italiana e a fazenda paulista**. Tese (livre-docência), IA/Unesp, São Paulo, 1990 [publicada, com o título *Entre ville e fazendas*]; CARRILHO, Marcos José. **Fazendas de café do Caminho Novo da Piedade**. Dissertação (Mestrado), FAU/USP, São Paulo, 1994; FERRÃO, André Munhoz de Argollo. **Técnica e arquitetura: a evolução do espaço produtivo das fazendas de café de São Paulo condicionada à dinâmica de integração entre engenharia e arquitetura**. Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo, 1998 [publicada, com o título *Arquitetura do café*]; PEDROSO, Marialice Faria. **Arquitetura das fazendas de café em Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930**. Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp, Campinas, 1998; SCARIATO, Juliana Binotti Pereira. **Caracterização da paisagem cultural da região de Limeira (SP) com base no reconhecimento e valorização do seu patrimônio de engenharia e arquitetura rural**. Dissertação (Mestrado), FEC/Unicamp, Campinas, 2009; RODRIGUES, Mariana Pereira Horta. **Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830 – 1900**. Dissertação (mestrado), FAU/USP, 2010; BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**, 2 v. Tese (Doutorado), EESC/USP, São Carlos, 2008.

¹³ MORAES, Evelyn Gregory. **A arquitetura rural das unidades de produção de uva e vinho artesanal na bacia do rio Jundiá-Mirim**. Dissertação (Mestrado), FEC/Unicamp, Campinas, 2006; PERECIN, Antonio Laercio. **Arquitetura rural referente à produção de morango e culturas complementares na região de Atibaia-SP**. Tese (Doutorado), FEC/Unicamp, Campinas, 2009; GONÇALVES, Rogério Bessa. **Arquitetura dos imigrantes japoneses em Registro**. Dissertação (Mestrado), FAU/USP, São Paulo, 2003.

características do século XX, embora a tese em Arqueologia de Paulo Zanettini tenha renovado a reflexão sobre o cotidiano doméstico das fazendas da era sertanista, tema clássico da historiografia relativa à arquitetura rural paulista¹⁴.

O papel das universidades na produção de conhecimento sobre o patrimônio rural paulista materializou-se também na difusão das pesquisas, obtida seja pela edição comercial publicada por suas editoras, seja por meio da publicação de artigos em periódicos científicos, como *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* (USP) ou *Labor & Engenho* (Unicamp). Essas edições têm ganhado expressivo impacto dado à sua veiculação em mídia virtual, por meio de sites próprios ou portais indexadores, como a coleção SciELO Brasil. O interesse por artigos relacionados à arquitetura rural paulista revela-se não apenas por suas citações, mas igualmente por vários deles estarem posicionados entre os mais consultados virtualmente¹⁵.

Finalizando o segundo direcionamento dado pelas universidades, caberia mencionar o recente projeto patrocinado pela Fapesp, na linha de fomento de Políticas Públicas, denominado *Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para a pesquisa, ensino e turismo*, que encontra-se sediado na Unicamp, sob coordenação de Marcos Tognon. Tal projeto associa diferentes universidades (Unicamp, USP, UFSCar, Unesp, Puccamp, Unimep, UFRRJ) a entidades civis, como a Associação Pró-Casa do Pinhal e a Associação Fazendas Históricas Paulistas, o que pode ser considerado um passo substancial daquelas instituições em se aproximar dos agentes sociais diretamente interessados na preservação da arquitetura que as universidades vêm estudando há décadas. Organizado em torno de três eixos – Inventário e Catalogação; Preservação e Sustentabilidade; Educação Patrimonial e Turismo – o projeto tem o intuito de fomentar o estabelecimento de redes cooperativas, inventários do patrimônio rural paulista e a difusão de estratégias e metodologias para o estabelecimento de atividades sustentáveis para áreas rurais de interesse patrimonial¹⁶.

Tal estreitamento de relações leva-nos, por fim, ao terceiro direcionamento de ações para a preservação do patrimônio cultural, qual seja, a consolidação de iniciativas advindas de entidades não-governamentais, como proprietários e associações. Nesse âmbito, o estado de São Paulo pode ser considerado um espaço relativamente recente de ações voltadas a preservação do vasto patrimônio rural existente no estado, especialmente o oriundo da produção cafeeira.

¹⁴ ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista**. Tese (Doutorado), MAE/USP, São Paulo, 2006.

¹⁵ Em AMP, destacam-se, além dos trabalhos já mencionados de Rafael Marquese: CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, São Paulo, v.14, n.1, pp. 59-80, jan.-jun. 2006; TIRELLO, Regina A. O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal. **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, São Paulo, v.13, n.2, pp. 277-334, jul.-dez. 2005; GONCALVES, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo. **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, São Paulo, 2008, vol.16, n.1; SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, São Paulo, v.14, n.1, pp. 81-119, jan.jun. 2006, artigo que se manteve em 2009 e 2010 como o mais consultado de AMP em SciELO. Em L&E: FERRÃO, André Munhoz Argoll et al. A contribuição do café na configuração e desenho da paisagem cultural: o caso da Fazenda Ermida em Jundiá, SP. **Labor & Engenho**, Campinas, n.2, p. 52-61, 2008; BENINCASA, Vladimir; BORTOLUCCI, Maria Ângela Pereira de Castro e Silva. Fazenda Angélica e o Barão de Grão-Mogol. **Labor & Engenho**. Campinas, v. 1, n.3, p.82-109, dez. 2009.

¹⁶ Informações disponíveis em: http://www.casadopinhal.org.br/pdf/relat_2009.pdf, capturado em 15 de setembro de 2010.

Experiências já bastante consolidadas de associação entre proprietários de fazendas de interesse patrimonial como o Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba (Preservale), criado no estado do Rio de Janeiro em 1994 e atualmente com 25 fazendas, estribaram-se em práticas já de meio-século ocorridas naquele estado, de transformação de antigas fazendas de café em segunda residência, como estratégia recorrente de afirmação e distinção social de segmentos das elites cariocas. O apelo do passado imperial e os fumos senhoriais ou de nobreza conferidos pela propriedade de antigas unidades produtoras de cafeicultura, há muito decadentes ou seriamente danificadas, foi certamente um dos fatores fundamentais para o sucesso de uma experiência de recuperação cuja escala não foi replicada em nenhum estado da federação durante o século passado. A conversão de parte dessas fazendas recuperadas em meios de hospedagem ou suas variações, como o acolhimento para visitas ou refeições, mostrou-se como uma vertente significativa de obtenção de recursos econômicos para a manutenção dessas unidades. Tal processo obteve não apenas sucesso financeiro como uma repercussão de grande monta na imprensa nacional, que destaca justamente os espaços preservados com o passado das elites imperiais ¹⁷.

É sabido que o estado de São Paulo não apresentou uma experiência regional semelhante à fluminense. No Oeste, a maioria das fazendas transitou para culturas alternativas ao café ao longo do século XX, o que assegurou, ao lado da solidez de técnicas construtivas baseadas no tijolo, a sobrevivência da maior parte das unidades em boas condições de conservação. Sorte semelhante, como vimos, não teve o Vale do Paraíba, cujas unidades vinculadas ao passado cafeicultor foram em grande parte perdidas pela crise da produção leiteira e pela ausência de uma forma de apropriação social semelhante àquela implementada por partes da elite carioca.

A conversão de fazendas paulistas de café em meios de hospedagem data, entretanto, já das últimas décadas do século XX¹⁸, experiência que vem sendo dilatada para formas híbridas próximas às existentes no Rio de Janeiro. Parte dessas propriedades passou então a constituir a referida Associação Fazendas Históricas Paulistas, que coliga 14 fazendas localizadas primordialmente no Oeste Paulista e que se constitui como uma experiência promissora de organização de proprietários em torno de objetivos econômicos e políticos comuns. A parceria dessa entidade com as universidades, por meio do projeto de políticas públicas, antes referido é também uma sinalização do potencial de articulação para estratégias que superem a esfera privada, em parcerias com a esfera pública para capacitação e planejamento estratégico.

¹⁷ São exemplos dessa repercussão e evidência de grande sucesso como matéria jornalística, malgrado a repetição do tema: Os castelos do café – num roteiro histórico, fazendas fluminenses recebem seletos visitantes. **Veja**, 01/02/1995, p. 78-9; Pá na memória - a empreiteira Norberto Odebrecht quer erguer um pedágio numa fazenda tombada pelo patrimônio histórico. **Veja**, 24/04/1996, p. 122-5 [em que se destaca a conversão da Fazenda Arvoredo, em Barra do Piraí, em oposição ao tema do título]; Casa-grande e senzala – hotéis-fazendas do Médio Paraíba, no Rio, levam de volta ao século 19. **Revista da Folha**, 11/01/1998, p. 14-15; Na casa do barão – recuperadas, as antigas fazendas de café do Rio de Janeiro abrem as portas a visitantes. **Veja**, 03/06/1998, p. 108-9; A salvação da lavoura – fazendas se tornam hotéis para enfrentar déficit e criam opção de lazer no campo. **Veja**, 07/03/2001, p.94-5; De volta ao luxo – as portentosas fazendas do século XIX em que viveram os barões do café, no Rio de Janeiro, se transformam em hotéis cercados de história, onde não faltam edredons de pluma de ganso e alta gastronomia. **Veja**, 16/06/2010, p. 128-131.

¹⁸ Foi o caso de iniciativas pioneiras de conversão havida na fazenda Duas Pontes, em Campinas, que passou a abrigar o Hotel Fazenda Solar das Andorinhas em 1971, ou na Fazenda Boa Vista, em Bananal, convertida em hotel em 1976.

Cabe por fim, frisar o que pode ser considerado como um conjunto de desafios relativos a tais direcionamentos. No primeiro eixo, relativo aos órgãos de preservação, considero urgente aprofundar e ampliar as experiências de inventários participativos, construir-se condições institucionais para viabilizar a ampliação do número de tombamentos e a complementação da legislação preservacionista nas três esferas de poder, de modo a assegurar estímulos fiscais e fomentos governamentais de encargo reduzido para os proprietários.

Quando ao segundo eixo, destaco a necessidade de aprofundar o diálogo interdisciplinar entre programas e pesquisadores, de modo a articular a vasta historiografia social (arranjos familiares, práticas de dote e herança, estratégias de sobrevivência, estratégias de resistência à escravidão e exploração do trabalho assalariado, padrões demográficos, configuração de espaços domésticos e ritos de sociabilidade) e econômica (formação e transmissão de fortunas, configurações e escalas de mercados, produção e circulação de mercadorias, articulações políticas e geográficas do tráfico de escravos, padrões de assalariamento, padrões de estrutura fundiária relativa a culturas diversas) às abordagens características dos programas de pós-graduação de arquitetura e engenharia, para o que grupos de estudos e projetos de pesquisa integrados são fundamentais.

No âmbito das ações do terceiro setor, é desejável que ocorra a ampliação das redes cooperativas de interessados em viabilizar a identificação e gestão do patrimônio cultural e natural, o que ampliaria sua capacidade de propor soluções e estabelecer pressão política por financiamentos e fomentos que consolidem práticas sustentáveis de gestão do patrimônio rural. Além disso, considero urgente potencializar a repercussão de iniciativas de preservação da paisagem arquitetônica para além das sedes, que asseguram a compreensão de processos produtivos complexos e das formas de trabalho, moradia e sociabilidade havidas nas unidades agrárias. Tal horizonte evitará a sempre possível espetacularização de espaços rurais, que negligenciam questões ecológicas de grande relevo, bem como a complexidade social havida nas fazendas, superlativizando o foco na vida senhorial.

Mais do que a nostalgia, a memória dos objetos nos objetos ou a sacralização do saber técnico, a expansão de tais estratégias poderá garantir não apenas a construção polissêmica de sentidos sociais no ato de preservar, mas, sobretudo, a eficácia e a adesão social de que tanto necessitam as práticas de produção de conhecimento e de proteção da arquitetura no Brasil, notadamente aquelas relativas ao patrimônio rural.